

ORÇAMENTO PARA 2005



EXAME Com a aprovação do relatório de Jucá (E), a Comissão de Orçamento decidiu também que as emendas devem ser apresentadas até 2 de dezembro

Comissão aprova relatório preliminar

O relatório preliminar à proposta orçamentária para 2005, apresentado pelo senador Romero Jucá, foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento. O relator acolheu destaque, apresentado por vários parlamentares, elevando de R\$ 2,5 milhões para R\$ 3,5 milhões o valor das emendas apresentadas individualmente por par-

lamentares. Jucá também aceitou emenda que fixa reajuste linear, em 2005, para todos os funcionários públicos federais. Mas deixou claro que, para ser transformada em lei, a proposta precisa ser mais bem analisada, com os percentuais de aumento a serem concedidos. Ele reajustou também alguns parâmetros macroeconômicos.

Página 6

TRABALHADORES SEM TERRA

Nilmário defende punição exemplar de assassinos

Página 7



INTERESSE Trabalhadores rurais acompanham depoimento de Nilmário Miranda na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra

Mercadante sugere mudança na regra das medidas provisórias

Mais critérios por parte do Executivo e prazo igual para tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado são alterações propostas pelo líder do governo

Página 3



RECONHECIMENTO Mercadante (em pé, conversando com Antonio Carlos e Tourinho) afirma que há excesso de MPs

Votação de seis MPs não desobstrui pauta

O Senado votou ontem seis medidas provisórias, mas sua pauta continua obstruída pela MP que autoriza ajuda humanitária a vítimas de incêndio em um supermercado de Assunção, no Paraguai. Uma das medidas acolhidas prevê correção de benefícios da Previdência. Outra MP exclui R\$ 100 do total de rendimentos assalariados para efeito de tributação do Imposto de Renda.

Página 4

Cristovam vê México à frente contra pobreza

O senador Cristovam Buarque previu ontem que o México será, no máximo em dez anos, um país "radicalmente diferente" do Brasil no que diz respeito à eliminação da pobreza. Durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais, ele apontou quatro fatores que, a seu ver, contribuem para o sucesso do programa Oportunidades, do governo mexicano: as condições para recebimento

dos benefícios, a seriedade da fiscalização, a continuidade por vários governos e a boa administração. A experiência mexicana foi relatada pela diretora de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento daquele país. Cristovam e a presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia, consideraram equivocada a unificação dos programas sociais brasileiros em torno do Bolsa-Família.

Página 5



IMOBILISMO Alvaro Dias critica a edição sistemática de medidas provisórias, que trancam a pauta

Alvaro Dias acusa o governo de atrasar votações

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de atrasar a votação de matérias importantes para a administração do país ao editar, seguidamente, medidas provisórias (MPs) que acabam por trancar a pauta do Congresso, impedindo as deliberações nas duas Casas do Parlamento.

A seu ver, a incompetência e a falta de vontade política do governo forçam o Executivo a editar sistematicamente MPs, impedindo a deliberação de matérias importantes, como a viabilidade orçamentária para o reajuste do salário mínimo, a compensação a estados e municípios pelas perdas da Lei Kandir e a correção das tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Alvaro Dias lembrou que mais sete medidas provisórias foram editadas e enviadas para votação pelo Congresso.

O senador lamentou ainda o péssimo estado das rodovias, ressaltando que, após dois anos de gestão, o governo teima em segurar recursos para esse fim, principalmente em função de uma economia voltada para alcançar metas de superávit fiscal exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Eduardo propõe reflexão sobre acordos comerciais

■ Senador defende audiência para discutir reconhecimento da China como economia de mercado

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) propôs ontem que o Senado faça uma ampla reflexão sobre os interesses nacionais, ou a falta deles, nos recentes acordos comerciais firmados pelo governo. Ele destacou a posição estratégica do Brasil no combate à fome no mundo, graças ao imenso potencial de produção agrícola.

Eduardo sugeriu que a Comissão de Assuntos Econô-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

PRIORIDADE Eduardo observa que senadores deveriam discutir os interesses nacionais

micos (CAE) realize audiência pública com autoridades do governo e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, para discutir o reconhe-

cimento da China, pelo Brasil, como economia de mercado e suas conseqüências para nosso país.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que, pela manhã, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) havia aprovado requerimento convidando o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e os presidentes da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e da Fiesp para falar sobre o mesmo tema em audiência pública. Suplicy anunciou que a data provável da audiência pública será 16 de dezembro.



RECLAMAÇÃO Mão Santa informa que, das dez piores rodovias do país, três estão em seu estado natal

"Lula é ingrato com o Piauí", diz Mão Santa

Em discurso no Plenário, ontem, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido ingrato com o Piauí, estado que lhe deu expressiva votação e elegeu o governador Wellington Dias (PT). De acordo com o senador, as promessas não vêm sendo cumpridas. Um exemplo seria o estado das estradas.

– Das dez piores rodovias federais do país, três estão no Piauí. Essa é a homenagem que se faz ao (senador) Alberto Silva, que apóia Lula – afirmou.

O senador disse ainda que se encontra parado o projeto de instalação de uma universidade federal em Parnaíba.



PROBLEMAS Maguito afirma que rodovias não são recuperadas há mais de 15 anos

Para Maguito, "presidente não é culpado por tudo"

O governo não acerta em tudo, mas querer culpar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo atual estado das estradas brasileiras não é correto, disse ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) em resposta ao senador Mão Santa (PMDB-PI). As rodovias não são recuperadas há mais de 15 anos, observou Maguito.

Para ele, o governo só deve ser responsabilizado caso tenha contribuído para piorar a situação das estradas, o que a seu ver não é o caso, pois o atual governo está quitando dívidas com as empreiteiras deixadas pelos governos anteriores.

Agenda



Sessão não deliberativa

O Plenário realiza sessão hoje a partir das 9h, de caráter não deliberativo, destinada aos pronunciamentos dos parlamentares, aos comunicados da Mesa diretora e à apresentação e leitura de projetos. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).

Hamilton de Holanda na TV

O Espaço Cultural desta semana traz show de Hamilton de Holanda, considerado um dos maiores bandolinistas do país. Aos 29 anos,

ele já tem seis discos gravados e grande experiência nos palcos. O seu repertório mostra o melhor da música popular brasileira e

do jazz, chegando até a música erudita. O show vai ao ar pela TV Senado neste sábado, às 21h30, e no domingo, às 14h30.

Filmes nacionais

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira exibe hoje, às 14h, os filmes *Nossas Senhoras Meninas* e *Crioulo Doido*. O ator, diretor e produtor Jorge Coutinho participa do evento.

Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. O passeio começa de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Cruz



DEBATE Presidida por Suassuna, a Comissão de Fiscalização e Controle aprova convite a Alfredo Nascimento, que deverá expor plano para conservar rodovias

Ministro pode explicar plano para recuperação de rodovias

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC) decidiram convidar o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para explicar, em reunião conjunta, o plano do governo para conservação e recuperação de rodovias federais.

As comissões aprovaram requerimentos com essa finalidade apresentados pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), tendo recebido

inclusive assinatura do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), na CFC.

Azeredo sustenta que o número de mortes nas rodovias de Minas Gerais, durante a Semana Santa, praticamente dobrou neste ano, em relação à mesma época do ano passado. Para ele, os dados mostram que “algo tem de ser feito, com urgência”, para reduzir o número de acidentes, e a presença do ministro dos Transportes no Senado será uma oportunidade para se discutir as propostas do governo sobre o problema.

Especialistas devem opinar sobre transposição, diz ACM

Ao posicionar-se contra o projeto do governo federal de transposição das águas do Rio São Francisco, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que não assumira uma posição definitiva sobre o assunto no dia 30 de novembro, como está previsto. Ele sugeriu que especialistas no assunto sejam ouvidos e não apenas órgãos subordinados ao ministério e, por isso, sujeitos a pressão.

– Esse é um projeto inadequado e que não vai ser concluído, embora vá se gastar muito dinheiro público. É mais uma obra inacabada que ficará insepulta. O presidente Lula, que não conhece a complexidade do projeto, pode estar pensando que a transposição irá imortalizá-lo. Ao contrário, poderá se transformar no túmulo do governo no Nordeste – afirmou ele.

Na avaliação do senador pela Bahia, ao invés de gastar dinheiro em uma obra considerada por ele inviável, o governo



CAUTELA Antonio Carlos Magalhães pede que governo adie a decisão sobre projeto no Rio São Francisco

deveria investir em dezenas de projetos de irrigação que estão paralisados. Ele completou que o Nordeste precisa de uma política hídrica e não de um projeto que nem sequer tem previsão de custos.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) sugeriu que Antonio Carlos lidere uma mobilização para que o projeto não seja aprovado de forma precipitada. Ele propôs que os parlamentares redirecionem para obras hídricas no Nordeste os recursos orçamentários previstos para a transposição.

Mercadante reconhece que há MPs em excesso

Líder defende mais critério do Executivo ao editar medidas provisórias e mudança em sua tramitação

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reconheceu que o Executivo edita medidas provisórias em excesso, que boa parte delas não cumpre o requisito constitucional de urgência e relevância e que o rito de tramitação prejudica o trabalho do Congresso Nacional, principalmente do Senado. Mercadante fez um levantamento comparativo entre o uso de MPs pelo atual governo e o anterior, de Fernando Henrique Cardoso, e concluiu que o excesso de MPs não mudou. Ele informou ao Plenário que levou o estudo ao presidente Lula.

Pelo levantamento apresentado por Mercadante, há três categorias de medida provisória: a indispensável, que realmente trata de assunto urgente e relevante; a discutível, que



FALHA Segundo estudo feito por Mercadante, apenas 47,7% das MPs editadas este ano são indispensáveis

pode ou não ser considerada como tal; e as dispensáveis, que poderiam ser apresentadas como projeto de lei.

De acordo com os dados apresentados pelo senador, o governo enviou ao Congresso Nacional, no ano passado, 58 medidas provisórias, das quais 33 eram indispensáveis, 15 discutíveis e 10 impróprias ou dispensáveis. Em 2004, os percentuais foram de 47,7% de MPs indispensáveis, 24,6% de discutíveis e 27,7% de dispensáveis ou impróprias.

– O governo realmente precisa ter mais critério para editar medidas provisórias. Se houvesse maior cuidado, o Congresso poderia analisar melhor as propostas. Mas não basta o governo enxugar. É preciso mudar o rito. Na quarta-feira, a Câmara votou algumas MPs, que acabaram de chegar ao Senado já com prazo de 120 dias esgotado. Fico em situação difícil para pedir à oposição que vote essas MPs às pressas, sem uma análise prévia – afirmou o líder.

Mudanças

Mercadante defendeu a mudança no rito de tramitação: igualdade de prazos para que Senado e Câmara votem as MPs e início da tramitação pelas comissões permanentes, nos mesmos moldes dos projetos de lei.

– Vamos construir uma proposta urgente do Senado para negociar com a Câmara, mudando os prazos e os procedimentos. E o governo também precisa mudar, ter mais critério na edição das medidas provisórias – disse Mercadante.

Senadores elogiam postura do líder

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiaram a postura realista e negociadora do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que reconheceu o excesso no uso de MPs e propôs mudanças no rito de tramitação das mesmas.

– Há medidas provisórias inúteis, que humilham o Senado, que não servem para o país, e que poderiam perfeitamente ser encaminhadas como projetos de lei – disse Virgílio.

Segundo o líder do PSDB, há 28 MPs “perambulando” pelo Congresso, e que serão votadas, mas depois delas o Parlamento

dará “um basta”.

– Temos seis ou sete apenas na pauta do Senado, sem que tenhamos qualquer prazo para analisá-las. Confiamos no que a Câmara obrou e não queremos que o país fique parado, mas há um limite. Está na hora do basta – declarou Arthur Virgílio.

O senador acrescentou que o governo tem enviado MPs até para auxílio financeiro a país africano atacado por gafanhotos e para vítimas de incêndio no Paraguai.

– É muita ânsia para entrar para o Conselho de Segurança da ONU – criticou.

Antonio Carlos afirmou que tinha intenção de pedir verifi-

cação de quórum na sessão de ontem, mas desistiu em homenagem a Mercadante.

– O líder do governo está de parabéns pela maneira objetiva, clara e realista com que colocou o assunto. Há espaço para negociação, para que se evite a proliferação de MPs inúteis – observou o senador. E brincou com o que considera eficiência do líder governista.

– O senador Mercadante atrapalha nosso trabalho de oposição. O governo deveria levá-lo para o Ministério, para resolver o problema da ineficiência no governo, e ao mesmo tempo nos deixar livres para fazer o trabalho de oposição – concluiu.



Jorge Araújo

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro Carlos Eduardo Caputo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que agradeceu convite para abertura do II Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Partes e Associados do Mercosul, que acontecerá nos dias 28, 29 e 30 de novembro, em Brasília. Sarney compõe a comissão de honra do evento.

Caputo também esteve com José Jorge (PFL-PE) e parabenizou o senador pelo trabalho desenvolvido na aprovação da reforma do Judiciário.



AGENDA Sarney (entre Romeu Tuma e Ideli Salvatti) presidiu sessão em que o Plenário votou medidas provisórias

Senado aprova seis MPs. Pauta continua trancada

■ Medidas provisórias tratam de correção de benefício do INSS a incentivo à Zona Franca de Manaus

O Senado aprovou seis medidas provisórias na tarde de ontem. As duas primeiras já obstruíam a pauta desde quarta-feira: a que altera os valores da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gdata) – de número 198/04 – e a que insti-

tui gratificação de R\$ 184 para cerca de 70 mil servidores das carreiras da Seguridade Social e do Trabalho. Esta última – MP 199/04 – sofreu alterações e foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão 47/04.

Foram votadas a medida que amplia o Programa de Subsídio à Habitação Popular – MP 200/04 – e a que exclui a quantia de R\$ 100 do total de rendimentos tributáveis pelo IRPF, pagos entre agosto e dezembro deste ano – MP 202/04. Esta última também reduz as alíquotas do PIS/Cofins sobre

vendas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus.

A mais polêmica matéria aprovada foi a que corrige, retroativamente a março de 2004, os benefícios concedidos a partir daquele mês pela Previdência Social – MP 201/04. Outra MP acolhida muda a composição do Conselho Federal de Medicina – MP 203/04. Não foi aprovada e passou a obstruir a pauta a MP 204/04, que autoriza o Executivo a fornecer ajuda ao Paraguai para dar suporte às vítimas de incêndio em supermercado.

Zona Franca fica mais competitiva

O projeto de lei de conversão da medida provisória (MP 202/04), aprovado ontem, reduz a zero as alíquotas das contribuições do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo e à industrialização na Zona Franca de Manaus.

De acordo com o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a proposta corrige distorção no PIS-Cofins que comprometera a competitividade da Zona Franca de Manaus.

– De uma hora para outra a



PREJÚZOS Arthur Virgílio observa que metas da Zona Franca de Manaus estavam comprometidas

Zona Franca teve seu dinamismo podado pelo acréscimo de custos, de mais de 10% no preço final, o que comprometeu sua competitividade global. Em consequência, ficaram prejudicadas as metas de exportação

– disse o senador, que, entretanto, elogiou o governo “por ter reconhecido o erro”.

A mesma medida provisória traz alterações nas regras do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), excluindo para fins de incidência na fonte a quantia de R\$ 100 dos rendimentos tributáveis dos trabalhadores, recebidos entre agosto e dezembro de 2004. O dispositivo se aplica também ao décimo terceiro salário. De acordo com o relator da MP, Cristovam Buarque (PT-DF), os trabalhadores de menor renda são os maiores beneficiados pela medida confirmada agora pelo Senado.

Novas instituições atuam em programa de moradia popular

A ampliação do rol de instituições habilitadas a participar do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) está contemplada na MP 200/04, que o Plenário aprovou ontem. A legislação atual permite a participação apenas de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, ficando de fora outras que operam no mercado imobiliário, como caixas econômicas, sociedades

de crédito, associações de poupança, fundações habitacionais e institutos de previdência.

O objetivo é ampliar o alcance do programa que subsidia a aquisição da casa própria por famílias com rendimento mensal limitado a R\$ 740. Essa faixa da população concentra, de acordo com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), 65% da demanda habitacional no Brasil, que é de 6,6 milhões de residências.



RECONHECIMENTO Lúcia Vânia apresentou parecer favorável a benefício para servidores

Gratificações para baixos salários

Duas medidas provisórias que trancavam a pauta foram acolhidas ontem. A primeira delas – de número 198/04 – altera os valores da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gda-

ta) e beneficia os servidores da Previdência Social que recebem os menores salários. A segunda – de número 199/04, transformada no Projeto de Lei de Conversão 47/04 – institui gratificação de R\$ 184 para cerca de 70 mil servidores das carreiras da Seguridade Social e do Trabalho.

O relator da primeira MP foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que deu parecer favorável. Serão beneficiados 393 mil servidores da carreira única do serviço público federal, 191 mil das carreiras de Seguridade e do Trabalho e 22 mil docentes federais dos ensinos fundamental, médio e tecnológico. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi a relatora, com parecer favorável. Seis outras medidas provisórias chegaram à Mesa do Senado, aprovadas na noite de quarta-feira pela Câmara.

Conselho Federal de Medicina passa a ter 28 membros

O Plenário do Senado aprovou ontem a Medida Provisória 203/04, que muda a composição do Conselho Federal de Medicina (CFM), elevando para 28 o número de seus membros. O motivo é que a regulamentação anterior era de 1957, época em que o país contava com 30 mil médicos, efetivo hoje estimado em 300 mil.

De acordo com a MP, o CFM terá 28 conselheiros titulares, sendo um representante de cada estado da Federação e do Distrito Federal e um representante da Associação Médica Brasileira. Para se candidatar à vaga de conselheiro, o médico não precisa ser conselheiro do Conselho Regional de Medicina em que está inscrito.

Benefícios atrasados da Previdência Social chegam a R\$ 12,3 bilhões

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória (MP 201/04) que corrige, retroativamente a março de 2004, os benefícios concedidos entre aquele mês e fevereiro de 1997 pela Previdência Social. A MP determina também o pagamento dos valores atrasados, que chegam a R\$

12,3 bilhões.

O percentual de reajuste é de 39,67% e alcançará 1,31 milhão de aposentados e pensionistas que não tiveram aplicado sobre seus benefícios o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM). O projeto de lei de conversão da MP, já aprovado na Câmara dos Deputados,

estabelece algumas regras especiais, como o pagamento à vista dos valores inferiores a um salário mínimo. Os portadores de doenças graves receberão igualmente à vista. Os aposentados com idade acima de 80 anos vão receber metade do valor à vista e o restante em até 12 parcelas.

Para ser beneficiado pela medida, o segurado terá de assinar acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) até 31 de outubro de 2005 e desistir de ações judiciais. O pagamento será feito em parcelas de até R\$ 2 mil.

Mesmo votando favoravelmente ao projeto, os senadores

César Borges (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertaram para a complexidade do tema e reclamaram do tempo exíguo que o Senado teve para analisar a matéria. O parlamentar baiano chegou a prever dificuldades para os segurados com relação ao pagamento de honorários de advogados.

Célio Azevedo



SUGESTÕES Paim anuncia envio de três projetos de sua autoria sobre o assunto para o presidente Lula

Paim quer comissão mista para definir salário mínimo

Ao registrar que os jornais de ontem noticiaram o pedido do presidente Lula para que o Congresso apresente uma proposta de reajuste permanente para o salário mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a criação de uma comissão mista de deputados e senadores para, depois de analisar os vários projetos que já tramitam nas duas Casas sobre o assunto e de consultar representantes de empregados e empregadores,

definir uma política permanente de aumento do salário mínimo brasileiro.

Paim informou que projetos de sua autoria relativos ao assunto estão tramitando no Congresso e que vai selecionar três deles para encaminhar ao presidente da República. Uma das propostas determina que o salário mínimo será reajustado em um percentual resultante da soma da taxa de inflação e da variação da cesta básica dos últimos 12 meses. Outro estabelece um reajuste correspondente à inflação mais R\$ 0,20 por hora trabalhada. O terceiro projeto estipula que a partir de 1º de maio de 2005 o menor salário a ser pago no país será equivalente a R\$ 300 mais o dobro da variação real positiva do produto interno bruto (PIB).

Em aparte, o senador Magno Malta (PL-ES) sugeriu ao presidente Lula que escolha Paim como primeira voz a ser ouvida sobre o reajuste do salário mínimo. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que, em países organizados, a diferença entre o maior e o menor salário gira em torno de dez vezes, bem diferente do que ocorre no Brasil.

José Jorge: TCU avaliza preocupação com cartões

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) acaba de justificar a inquietação por ele manifestada contra os cartões corporativos utilizados por funcionários do governo. Baseado em noticiário da imprensa, o senador disse que o tribunal mandou o governo controlar esses cartões corporativos, para evitar a prática de abuso por funcionários da Presidência da República.

– O Tribunal de Contas da União acaba de reconhecer que nossa preocupação era procedente. A alegação de que a abertura da fatura colocaria em risco a segurança de mandatários mostrou-se inconsistente. Com o cartão, este ano, o governo gastou em oito meses o que gastou em doze meses do ano passado. Portanto, esse gasto com cartão, além de crescente, é progressivo.

José Jorge lembrou que, recentemente, apresentou requerimento para que a Comissão

Roosevelt Pinheiro



PROCEDÊNCIA José Jorge anuncia que tribunal mandou o governo controlar uso de cartão corporativo

de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado solicitasse ao TCU uma auditoria na Casa Civil, para examinar a concessão e utilização de cartões de crédito corporativos por servidores da Presidência, no pagamento de despesas do Poder Executivo.

– Embasei minha solicitação em notícias divulgadas pelos jornais de que a movimentação dos cartões já alcançava a cifra de R\$ 1,5 milhão em despesas variadas. Minha intenção sempre foi a de garantir a lisura na utilização de cartões corporativos, que foram implantados no governo anterior por recomendação do TCU, de modo a garantir a transparência dos gastos públicos.



DEBATE Da esquerda para a direita, Monica Corona, Ubiratan Aguiar, Patrícia Saboya e Cecília Soto

Cristovam elogia projeto mexicano contra pobreza

Senador afirma que fiscalização e boa administração garantem o sucesso dos programas sociais

Em dez anos, no máximo, o México será um país “radicalmente diferente” do Brasil no que diz respeito à eliminação da pobreza, previu ontem o senador Cristovam Buarque (PT-DF), durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A seu ver, o sucesso do programa Oportunidades, do governo mexicano, se deve a quatro fatores: as condicionantes para o recebimento de benefícios, a seriedade da fiscalização, a continuidade por vários governos e a boa administração.

– Quando visitei a sala onde o programa é administrado, tive a sensação de estar na sala de controle espacial da Nasa, com todos aqueles computadores mostrando a situação de cada criança beneficiada – relatou Cristovam.

Após observar que o controle de frequência das crianças nas escolas é feito por meios eletrônicos, o senador sustentou que a conjugação mexicana de esforços nas áreas de educação, saúde e alimentação – e não apenas a transferência de renda – é que vai ajudar o país a superar a pobreza.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), considerou equivocada a unificação dos programas sociais em torno do Bolsa-Família.

Roosevelt Pinheiro



MODERNIDADE Cristovam destaca que controle da frequência das crianças nas escolas é eletrônico

Na sua opinião, programas mais diretamente assistenciais, como o antigo Bolsa-Alimentação, deveriam ser geridos, como antes, pelo Ministério da Saúde. Caso contrário, advertiu, o país poderá experimentar o crescimento de índices da mortalidade infantil.

Exemplos

Durante a audiência, que contou com a presença da embaixadora mexicana Cecília Soto, foram expostas as principais características do programa Oportunidades.

Segundo a diretora-geral das Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento do México, Monica Orozco Corona, são beneficiadas atualmente pela iniciativa cinco milhões de famílias, que recebem benefício médio equivalente a US\$ 35.

Cada família, segundo a diretora, tem um código identificador único, por meio do qual se podem obter informações sobre cada integrante, como seus rendimentos e sua parti-

cipação em outros programas sociais. Ela atribuiu o sucesso do programa, que é focalizado nas famílias mais pobres, a uma atuação conjunta de vários ministérios e de vários níveis de governo, além da corresponsabilidade das entidades participantes.

Durante a audiência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou se o México não cogitaria implantar também políticas mais universalistas, como a renda mínima para cada cidadão. Em resposta, Mônica recordou que o debate sobre o tema já havia sido mais intenso e que seu país aposta cada vez mais em um foco na população mais pobre.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) observou que o México está fazendo o que o Brasil também deveria fazer: “tratar da economia pelo viés da educação”. Ele afirmou que o governo havia se equivocado ao levar Cristovam Buarque para o Ministério da Educação. O lugar certo para o senador e ex-ministro, defendeu, seria o Ministério do Planejamento, para garantir prioridade à educação no projeto de desenvolvimento do país.

No início da audiência, o ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União (TCU), disse que o controle da frequência às aulas não é suficiente para averiguar os benefícios do programa Bolsa-Família. Na sua opinião, seria necessário também acompanhar o aproveitamento escolar das crianças que tenham famílias beneficiadas pelo programa.

J. Freitas



INVESTIMENTOS Delcídio destaca que PPPs são importantes, mas não "resolverão os problemas do país"

Delcídio pede mais recursos para setores da infra-estrutura

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu ontem mais investimentos em infra-estrutura. Ele sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o desenvolvimento desse setor seja a marca de seu governo.

Delcídio considerou auspiciosas as taxas de crescimento da economia, mas alertou que, sem investimentos em infra-estrutura, esse crescimento pode ficar restrito ao aproveitamento da capacidade ociosa acumulada nos últimos anos pelos meios de produção.

O senador afirmou que as parcerias público-privadas (PPPs), instituídas por projeto em tramitação no Senado, são importantes, "mas não resolverão todos os problemas do país". Para ele, é necessário aproveitar os investimentos diretos do governo e também utilizar a lei de concessões, que tem disponibilizado muitos projetos que não precisam de parceria pública.

Delcídio relacionou inúmeros gargalos no setor de transportes. Citou a Rodovia BR-163, em Mato Grosso do Sul, cuja situação qualificou de "extrema precariedade". Outro exemplo foi a rede de ferrovias Novoeste, para o parlamentar "um dos piores exemplos de privatização de ferrovias".

Ele afirmou que seu estado tem uma agroindústria pujante, que cresce a taxas de 9% ao ano e cuja produtividade tem aumentado bastante, como no caso da soja, que já ultrapassou 60 sacas por hectare. Mas essa força é prejudicada pela precariedade no transporte.

O senador sul-mato-grossense disse, contudo, esperançoso: informou que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, anunciou a ele investimentos de R\$ 6 bilhões em 2005.

Comissão aprova relatório preliminar do Orçamento

Relator eleva valor das emendas individuais mas mantém o limite de 20 recomendações por cada parlamentar

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar à proposta orçamentária para 2005. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), acolheu destaque, endossado por vários parlamentares, elevando de R\$ 2,5 milhões para R\$ 3,5 milhões o valor das chamadas emendas parlamentares, ou individuais. Mas manteve no texto o limite de 20 emendas que cada senador ou deputado pode apresentar. Os recursos provenientes de emenda parlamentar são destinados a atender pequenas obras municipais, como a construção de postos de saúde ou escolas.

Romero Jucá também acolheu emenda apresentada pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) que fixa um reajuste linear, em 2005, para todos os funcionários públicos federais, mas deixou claro que a proposta, para ser transformada em lei, necessita de melhor análise, podendo incluir os percentuais do aumento a ser concedido.

No relatório preliminar aprovado, Jucá fez alguns ajustes na proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional: elevou a estimativa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de



MUDANÇAS Os senadores Romero Jucá e Fernando Bezerra e o deputado Paulo Bernardo durante a reunião da CMO que votou o relatório preliminar

4% para 4,3%; promoveu uma elevação do valor do salário mínimo para R\$ 283, "que poderá ser ampliado dependendo da obtenção de recursos confiáveis", e estimou uma inflação, no ano que vem, de 5,9%.

Essas atualizações dos parâmetros macroeconômicos indicados pelo governo foram feitas de forma segura e tomando por base dados econômicos e de mercado – explicou Jucá, ao admitir que na confecção do relatório final irá enfrentar "grandes desafios", a começar pelo reajuste dos valores do novo salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda e, por fim, a obtenção de recursos destinados a ressarcir os estados exportadores, em função da vigência da chamada Lei Kandir, que isenta de impostos os produtos que vão para o exterior. Ele informou que os valores "são significativos" e que não constam da

proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo.

Obstáculo

Apesar de aprovar o relatório preliminar, parlamentares da oposição ameaçaram obstruir a votação do relatório final, prevista para 23 de dezembro, caso o relator não reajuste a tabela do Imposto de Renda.

Durante a reunião da CMO ficou decidido que o prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar, incluindo as de bancada, de comissões e individuais, será até o dia 2 de dezembro, e não mais o dia 30 de novembro, como estava agendado.

A previsão é de que até o dia 12 de dezembro sejam votados os relatórios setoriais, e o relatório final no dia 23. Se os prazos não forem cumpridos, os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento poderão ser estendidos até o dia 30 de dezembro.

Emendas de comissões beneficiam educação, inclusão digital e turismo

Mais três comissões do Senado aprovaram ontem suas propostas de emendas ao Orçamento federal de 2005. As cinco emendas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) somam R\$ 2,55 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões para a formação de estoques reguladores de alimentos e R\$ 150 milhões para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Infra-estrutura turística, inclusão digital e o programa de desenvolvimento turístico no Nordeste e sua extensão ao Centro-Oeste foram as outras áreas beneficiadas pela CAE.

Não há limite para o valor das emendas das comissões do Congresso e, por falta de dinheiro, nos últimos anos os relatores-gerais do Orçamento deram preferência às emendas individuais dos parlamentares, destinando às sugestões das comissões apenas uma parte do que foi solicitado.

A Comissão de Educação escolheu cinco emendas que representarão investimentos de R\$ 1,25 bilhão. Elas beneficiam o programa de instalação de bibliotecas públicas, a educação profissional, as redes internas de comunicação de

dados das universidades e o programa federal Esporte e Lazer na Cidade.

Já a Comissão de Fiscalização e Controle resolveu destinar R\$ 100 milhões para a fiscalização da distribuição de combustíveis por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP), outros R\$ 150 milhões para o reaparelhamento da Polícia Federal e R\$ 100 milhões para assistência técnica aos tribunais de contas dos estados. Outros R\$ 140 milhões foram recomendados para melhorar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal.

Magno Malta quer fortalecer comunidades terapêuticas

O senador Magno Malta (PL-ES) anunciou que criará hoje uma Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e pediu o apoio dos demais senadores para a iniciativa. Ele afirmou que essas comunidades têm sido a válvula de escape das famílias que precisam lidar com parentes consumidores de drogas, apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter baixado resolução há dois anos determinando o fechamento de todas essas entidades, repassando a responsabilidade do tratamento para o Sistema Único de Saúde (SUS).

– Não estão conseguindo nem atender um cidadão com um pé cortado e agora vão cuidar dos dependentes? – questionou.

Magno Malta lembrou que, ao criar a Secretaria Nacional Anti-Drogas (Senad), o ex-presidente Fernando Henrique disse que o tráfico no Brasil estaria eliminado em dez anos.

– No final do governo, o orçamento da Senad tinha R\$ 68. Ele perdeu uma excelente oportunidade de ficar calado – frisou o senador.

Para Malta, o combate ao uso de drogas deve ter como base políticas preventivas a partir das escolas e das famílias.

– O uso e o abuso das drogas é fruto da desinformação – afirmou.

O senador disse ainda que também falta uma legislação adequada, pois a atual beneficia o tráfico por não dar alternativas ao juiz para estabelecer uma correção efetiva ao usuário de drogas.

– Quando passamos a mão na cabeça do cliente, a empresa se fortalece. Quando passamos a mão na cabeça do usuário de drogas, fortalecemos o tráfico – observou.



POLÍTICAS Para Magno Malta, o combate às drogas deve ter como base as famílias e as escolas

Manifestantes protestam contra as reformas

Após o final da manhã de ontem, grupos de estudantes universitários, trabalhadores rurais sem terra e sindicalistas ocuparam o gramado em frente ao Congresso para protestar contra a reforma das universidades públicas, a política atual de reforma agrária e a reforma sindical.

Parte dos manifestantes participa da "I Conferência Nacional Terra e Água: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável". Alguns estudantes entraram no espelho d'água do Congresso Nacional e a passeata causou congestionamento na Esplanada dos Ministérios.



CONFRONTO Manifestantes invadem o espelho d'água do Congresso Nacional e são retirados pelo batalhão de choque da polícia militar



ERRO Para Mozarildo, Hackbart cria "ódio de classe" ao acusar o agronegócio pela violência no campo

Mozarildo cobra explicações ao presidente do Incra

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse ontem em Plenário que "não se pode criar ódio de classe no país", referindo-se a declaração do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, que culpou o agronegócio pela violência no campo.

Para o parlamentar, as autoridades não podem perder o equilíbrio e a serenidade no trato da coisa pública e o presidente do Incra precisa explicar melhor a acusação que fez.

Em contrapartida, Mozarildo elogiou a postura do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, que respondeu à acusação "com elegância acima do normal". Segundo informou, o ministro fez uma definição completa do agronegócio. O senador enfatizou ainda que essa atividade econômica responde por 34% PIB e 40% dos empregos no país.

Nilmário pede prisão de assassinos de sem-terra

■ Para secretário de Direitos Humanos, polícia de Minas não investigou ameaças feitas aos trabalhadores

Em audiência pública ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, admitiu que a polícia de Minas Gerais não investigou as ameaças feitas a trabalhadores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampados a 18 quilômetros de Felisburgo (MG), dois dos quais estão entre os cinco assassinados no último sábado. Segundo o ministro, a omissão pode ter ocorrido porque a polícia não acreditou na consumação das ameaças, por falta de equipamentos, ou por deficiência nos serviços. Ele elogiou, entretanto, a atuação da polícia na elucidação do crime.

Nilmário disse que, em 2003, o Ministério Público estadual, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e a Ouvidoria Agrária solicitaram às polícias civil e militar providências em relação a ameaças que vinham sendo feitas aos trabalhadores.

– O importante agora é não deixar que haja impunidade, é dar assistência aos feridos



APURAÇÃO Falando à CPI da Terra, Nilmário Miranda informa que há sete mandados de prisão expedidos

– continuou o ministro, informando que, em 2003, houve 42 mortos vítimas de conflitos rurais no país, número que baixou este ano para 14.

O ministro afirmou também que é preciso buscar uma punição exemplar para os assassinos dos sem-terra, sobretudo pela premeditação, crueldade, extrema violência e selvageria do ato. Ele declarou que já há sete mandados de prisão expedidos, sendo que três pessoas estão presas e outras quatro – entre elas o fazendeiro Adriano Chafic e seu sobrinho Calixto Luedy, sobre os quais pesam "depoimentos e indícios abundantes" de participação no crime – são procuradas.

Sigilo bancário

No início da reunião, o deputado Jamil Murad (PCdo B-SP) questionou a liberação de dados que seriam sigilosos

pela direção da CPI. Ele chegou a pedir a anulação da reunião durante a qual foi decidida a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Concrab (Confederação Brasileira das Cooperativas de Reforma Agrária) e da Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola). Os deputados Adão Pretto (PT-RS) e Luci Choinaki (PT-SC) defenderam a suspensão da quebra do sigilo.

O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), lembrou que a decisão foi tomada por unanimidade e que o Supremo Tribunal Federal (STF) já possibilitou a transferência do sigilo bancário da Concrab à comissão. Quanto à Anca, o processo está com o ministro Joaquim Barbosa. Alvaro disse ainda que cumpriu seu dever de transferir informações, que não são exclusivas do relator, aos integrantes da comissão. Ele garantiu não ter liberado dados para jornais e informou que o Conselho de Ética do Senado arquivou representação contra ele, sobre esse suposto vazamento de informações.

A CPI ouviu ainda a exposição do advogado Antônio Carlos Ferreira, que encaminhou ação contra a desapropriação da fazenda Araupel, no município de Quedas do Iguaçu (PR). Segundo o advogado, a ação visa impedir que o estado pague por uma área cujo valor está supervalorizado.

Sibá apresenta relatório sobre Boca do Acre

A apuração de distúrbios eleitorais ocorridos no município de Boca do Acre, no Amazonas, foi concluída pela comissão externa do Senado criada para esse fim em outubro passado. Ontem, o senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou o relatório preliminar do trabalho, realizado ainda pelos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM). Nova eleição municipal já está marcada para o dia 5 de dezembro.

Sem o aval de Arthur Virgílio, conforme informou Sibá, o relatório relaciona perturbações com a condução do processo eleitoral pela juíza Rosa Maria Calderaro.

Para a organização do novo pleito, o relatório defende o afastamento da juíza e do delegado da Polícia Federal Flávio Leite Ribeiro, que teria praticado abusos ao conter as manifestações.



POSIÇÃO Comissão pede que juíza não atue na organização da nova eleição no município, declara Sibá

Jane Araújo



MUDANÇA Sarney (C) presidiu a reunião em que a Mesa do Senado autorizou operação de novo equipamento

Plenário do Senado terá ordem do dia eletrônica

Inovação, que começa dia 30, agiliza trabalhos e economiza papel. Senador terá acesso a todos os itens da pauta

A Mesa do Senado Federal, reunida ontem sob a presidência do senador José Sarney, decidiu autorizar a operação da ordem do dia eletrônica a partir do dia 30. Além de agilizar o trabalho do Plenário da Casa, a inovação terá como vantagem principal a economia de papel. Cada senador encontrará em sua bancada o equipamento – um *tablet.pc* – que permitirá a consulta a todos os itens da pauta e seus anexos sem preci-

sar de teclado, com a utilização de uma caneta.

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o diretor do Prodasen, Petronio Barbosa de Carvalho, participaram da reunião com informações sobre as últimas medidas necessárias para a inauguração do sistema, que custou R\$ 1.041.561,84. Esse total inclui R\$ 750.280,65, utilizados na compra de 105 computadores – para uso dos 81 senadores e da Mesa e uma reserva técnica – e o restante foi gasto com a rede especial sem fio (*wireless*) instalada no Plenário, materiais e serviços.

Segundo cálculos divulgados pelo diretor da Área de Desen-

volvimento de Sistemas do Prodasen, Constantin Metaxa Klades, a economia de papel e gastos de impressão permitirá retorno total do investimento no prazo de sete meses.

O equipamento não sairá do Plenário, e, ao final da sessão, cada unidade será recarregada e guardada sob a supervisão da Secretaria-Geral da Mesa em armário especial, de onde voltará à bancada para a sessão seguinte. Os senadores foram treinados para usar a ordem do dia eletrônica, com resultado satisfatório, pois o equipamento apresenta tela sensível ao toque. Está prevista uma fase de adaptação, na qual alguns exemplares em papel serão mantidos em Plenário.

Aprovadas acumulações de cargos para embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis a três acumulações de cargos de embaixadores. Receberam – cada um – 10 votos favoráveis e nenhum contrário os embaixadores Lúcio de Amorim, para acumular o cargo de embaixador em Maurício, junto com o da África do Sul; Frederico de Araújo para, junto com o cargo de embaixador da Austrália, atender também a Papua Nova Guiné; e Antonio José de Castro para atuar em Uganda, além do Quênia. As indicações ainda serão analisadas pelo Plenário.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deverá comparecer a audiência pública na CRE na próxima quinta-feira, às 10h, graças a requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovado ontem. O senador pretende que

Celso Amorim informe como está a missão brasileira de pacificação e democratização do Haiti e as negociações entre o Mercosul e a União Européia.

Foi examinado ainda requerimento determinando audiência pública no próximo dia 16 para debater o recente acordo comercial entre Brasil e China. O autor do requerimento, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), indicou como convidados o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; o presidente da Fundação Abrinq, Rubens Neves; o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Ruy de Salles Cunha; assessor do Ministério das Relações Exteriores Mario Vilalva, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.



ORÇAMENTO Eduardo Suplicy (E), presidente da CRE, e João Alberto Souza, na reunião que aprovou emendas à proposta orçamentária para 2005

J. Freitas

Seminário no Interlegis debate integração regional

Começou ontem e prossegue hoje, no auditório do Interlegis, o seminário "Integração Regional: Convergências Institucionais e Econômicas", promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em parceria com a Casa Civil da Presidência da República, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) e a Delegação da Comissão Européia no Brasil. O deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) fez a abertura do evento afirmando que o Mercosul "é a oportunidade para que o Brasil entre no contexto das nações no mundo globalizado".

– A intenção é fazer da integração econômica uma porta

para a integração social e cultural dos países membros – disse Redecker.

O professor Pedro Infante falou sobre os blocos regionais e sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC). O ministro Roberto Azevedo, do Itamaraty, e Paulo Antônio Caliendo da Silveira – árbitro do Mercosul – abordaram a participação do Brasil em mecanismos de solução de controvérsias da OMC.

Jorge Fontoura, consultor do Senado Federal, fez exposição sobre os órgãos supranacionais e internacionalização de normas nos blocos regionais, e Vladimir Bravo Colly analisou a política de integração.

Emendas destinam recursos adicionais às Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores aprovou relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) indicando as cinco emendas que a comissão tem direito a apresentar ao Orçamento da União de 2005. De acordo com o parecer de Jefferson, das 17 emendas apresentadas pelos senadores, 14 estavam de acordo com as exigências regimentais. Dessas, o senador foi obrigado a escolher cinco, que no total compreendem o valor de R\$ 589 milhões.

As emendas aprovadas na comissão destinam R\$ 120 milhões ao Comando da Marinha, em proposta de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-

PA); R\$ 150 milhões para que o Ministério da Defesa invista no projeto Calha Norte, emenda de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Fátima Cleide (PT-RO); R\$ 109 milhões para que o Comando do Exército use na manutenção e suprimento de material bélico, proposta também de Mozarildo; R\$ 70 milhões destinados ao Ministério das Relações Exteriores, a serem aplicados nas embaixadas brasileiras, emenda cujo autor foi Eduardo Suplicy; e R\$ 140 milhões para o Comando da Aeronáutica utilizar na modernização e revitalização de aeronaves, em proposta apresentada por João Ribeiro (PFL-TO).

José Cruz



OPORTUNIDADE Júlio Redecker diz que Mercosul abre portas para o Brasil

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Alberto Silva e pela senadora Lúcia Vânia